

● Nacional

econ - Brasil

POLÍTICA ECONÔMICA

Inflação e balança comercial, problemas a partir de maio

por Celso Pinto
de Brasília

Entre as áreas críticas da política econômica, duas delas, a inflação e a balança comercial, têm tido resultados decepcionantes neste primeiro semestre. Outras duas, a do crescimento e do emprego, começam a emitir sinais de alento, mas sua leitura suscita dúvidas dentro do próprio governo. Apenas uma, a da captação de recursos externos, continua tranquila, ainda que a crise das Malvinas tenha introduzido uma variável impoderável.

De todos os problemas, a de mais difícil solução imediata é a da balança comercial. "Não há muito o que fazer a curtíssimo prazo", admitiu o assessor especial para assuntos econômicos da Secretaria do Planejamento, Akihiro Ikeda, a este jornal. As exportações estão pagando dois preços, o das Malvinas e o da retração econômica internacional, cujo controle escapa da política econômica interna.



Akihiro Ikeda

Ikeda não supõe, por exemplo, que se trata de conceder mais incentivos aos exportadores. Ou que exista a alternativa, já sugerida por alguns, de fechar torneiras de importação. Ao contrário, ele acha que o custo de criar barreiras à importação de alguns mercados, além de afetar diretamente os preços, pode acabar tendo reflexos até mesmo sobre a balança comercial.

Ganha-se algo, de imediato, mas pode-se estar elevando o custo de matérias-primas que po-

dem inibir ou inviabilizar exportações futuras. Ele defende mais liberdade às importações, como forma de reforçar o jogo de mercado e a busca de eficiência.

ALÍVIO

Sua grande expectativa, não só para ativar as exportações mas também para beneficiar a inflação, é uma melhoria na economia internacional. Ikeda está algo otimista de que isto possa acontecer, inclusive na economia norte-americana, já no final deste ano. Se vier acompanhada de uma redução nos juros, haverá também alívio no custo interno do dinheiro, um dos fatores inflacionários. Ele reconhece, de toda forma, que também na área da inflação os resultados têm ficado aquém das expectativas. E haverá, naturalmente, alguma pressão inflacionária a pagar com a instituição do Fundo de Investimentos Social (Finsocial) e consequente taxa-ção de 0,5% sobre o faturamento das empresas.

Quanto ao crescimento e ao emprego, Ikeda supõe que a situação "esteja já bem melhor do que imaginamos". Acha que há sinais confiáveis de alguma recuperação na indústria e, pelo que foi informado pela FIBGE, houve sensível melhoria nos índices de desemprego em abril.

NEGATIVO

Nem todos, contudo, dentro da própria Seplan, compartilham deste otimismo. Um assessor econômico dúvida da possibilidade de qualquer recuperação industrial mais consistente sem que se reduza alguma coisa no nível real dos juros. E outro vai além: a menos que se adotem medidas adicionais, acredita que o produto industrial ficará entre 0 e 3% negativos neste ano. Em outros termos, o Produto Interno Bruto (PIB) seria novamente negativo neste ano, já que o produto agrícola deve ficar entre 0 e 2% negativos. Poderia ser, inclusive, pior do que o 1,9% negativo apurado, após revisão, pela Fundação Getúlio Vargas para 1981.

Quanto ao fluxo de recursos externos, os números, por enquanto, são bastante satisfatórios. Há apenas uma dúvida no horizonte: o desenlace das Malvinas pode embutir algum reflexo negativo para o Brasil no mercado financeiro internacional, embora esta hipótese seja, hoje, muito improvável. De toda a forma, esta é, no fundo, a área que mais conta. Qualquer sinal de alerta, algo que sugerisse o retorno à incômoda situação do final de 1980, tornaria todos os outros objetivos como subordinados. Inclusive, é claro, a meta de fazer com que a indústria cresça entre 4 e 5% neste ano.